

L E I N° 3.556/2015

Data : 09 de novembro de 2015.

Súmula: Fixa o subsídio dos vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, para a Legislatura 2017/2020.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1.º Fica fixado em R\$ 5.337,87 (cinco mil, trezentos e trinta e sete reais e oitenta e sete centavos) o subsídio mensal dos vereadores da Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, na Legislatura a iniciar-se em 1º de janeiro de 2017 e a findar-se em 31 de dezembro de 2020.

Art. 2.º O subsídio mensal do vereador quando no exercício da Presidência da Câmara será de R\$ 5.337,87 (cinco mil, trezentos e trinta e sete reais e oitenta e sete centavos).

Art. 3.º Os subsídios fixados nesta Lei constituem parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 4.º O valor do subsídio mensal dos vereadores e do Presidente da Câmara Municipal serão atualizados ao mesmo tempo do reajuste concedido aos servidores públicos municipais, a partir da vigência desta Lei, respeitado o mesmo percentual apurado pelo IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, e os limites estabelecidos no Art. 29-A da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 25, de 14/02/2000, vedada qualquer correção nos meses do primeiro ano do mandato.

Parágrafo único. No caso de extinção do IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, a atualização dos subsídios de que trata o caput deste artigo será realizada pelo índice instituído pelo Governo Federal em substituição ao IPCA.

Art. 5.º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta dos recursos orçamentários do Poder Legislativo Municipal.

Art. 6.º Fica autorizado ao Presidente da Câmara Municipal a proceder o desconto mensal no subsídio do vereador ausente nas sessões ordinárias, previstas regimentalmente.

Parágrafo único. O desconto de que trata o “caput” deste artigo, será feito dividindo o valor mensal do subsídio devido ao vereador, pelo número de sessões ordinárias efetivamente realizadas.

Art. 7.º Nas convocações da Câmara Municipal para Sessões Extraordinárias, previstas regimentalmente, é vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 9.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná,
em 09 de novembro de 2015.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal